



ESPECIAL: Cúpula dos Povos e Rio+20

EDITORIAL

REALINHAMENTO DAS ENERGIAS DO CAMPO SOCIO AMBIENTAL

O sucesso no que está se denominando de “realinhamento” das forças, energias e vontades aconteceu durante a mobilização para a construção e participação da Cúpula dos Povos! A RE – UNIÃO de várias redes nesses momentos teve um efeito absolutamente inesperado para o Campo Sócio Ambiental! Uma reflexão sobre nossa identidade comum, nossas raízes e princípios tem sido a bandeira desta grande mobilização!

O fortalecimento de cada uma dessas redes e movimentos ficou patente! Nossa avaliação é de que, a exemplo de muitas outras ações, deixamos que as especificidades ganhassem corpo além de nossas concepções durante esses mais de 20 anos de nossa militância. É notável a importância que o movimento socio ambiental ganhou com esse processo.

A baixa expectativa em relação a Rio+20 (parte oficial), não foi capaz de esmorecer nossa energia que foi colocada na construção da Cúpula dos Povos! Ali depositamos nossa maior energia! Ali dedicamos nosso tempo e nossa garra!

O mais importante do processo de construção da Cúpula dos Povos foi de conviver com as diferenças, articular o novo, gerar um ambiente de respeito e de possibilidades e de demonstrarmos nossa força e nossa voz das mais diferentes maneiras. São 38 redes que integram, além do campo socioambiental, as juventudes, as mulheres, os indígenas, o movimento negro, a classe trabalhadora, os camponeses, grupos religiosos, grupos culturais, o povo da economia solidária e muitos mais foram articulados em prol de um ambiente mais sadio, com justiça social, contra a mercantilização da vida, numa perspectiva de trazer suas experiências e demonstrações de que UM NOVO MUNDO É POSSÍVEL SIM! Podemos provar com nossas ações e forma igualitária de nos relacionarmos entre as pessoas e o meio que nos cerca.

O encontro com novos, fortes e mais antigos movimentos sociais permite maior integração com a realidade nas diferentes regiões do Brasil e do Planeta onde estas forças estão se expressando e se mobilizando por um mundo mais justo, solidário e ambientalmente viável.

A Cúpula dos Povos faz parte de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica, chamada de **Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental** tem três eixos norteadores. O primeiro trata da **denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital**, no sentido de expor à sociedade civil as razões dos problemas de ordem social e ambiental do planeta. Em seu segundo eixo vai apresentar **soluções e novos paradigmas dos povos** para os problemas mais graves enfrentados hoje no mundo. No terceiro e último eixo estimula organizações e movimentos sociais a **articular processos de luta e campanhas pós-Rio+20 dando VOZES a sociedade civil** para chegarem até os governantes das diferentes nações.

Assim, e mantendo a mobilização desde o último Fórum Social Temático em janeiro deste ano em Porto Alegre, as expressões e as lutas ficarão evidenciadas nestes dias de junho de 2012 no Parque do Flamengo, onde há 20 anos também participamos da construção da ECO-92.

Todo sucesso à Cúpula dos Povos!

Viva o RE ALINHAMENTO e FORTALECIMENTO do Campo Sócio Ambiental!

MAPA DO RESISTÊNCIA:

- Pág. 2: Linha do Tempo FBOMS
- Pág. 3: Código Florestal: a luta continua!
- Pág. 5: Cúpula dos Povos e Rio+20
- Pág. 7: A economia verde e o mercado das águas
- Pág. 8: A ausência de uma nova narrativa na Rio+20

Confira nesta edição:

Cúpula dos Povos: espaço plural de vozes e esforços pela justiça e sustentabilidade



Este número do jornal é dedicado à convocatória de toda a sociedade para participar, opinar, refletir e trazer suas vozes para os dias 15 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro no Parque do Flamengo.

A ausência de uma nova narrativa na Rio+20

Para os formuladores do documento oficial o futuro depende da economia, pouco importa o adjetivo que se lhe agregue: sustentável ou verde. Para a Cúpula dos Povos o que pertence à vida é sagrado e não pode ir para o mercado dos negócios. Artigo do Leonardo Boff, especial para o Jornal do FBOMS. **Veja mais na pág. 8**



Agenda do movimento negro para além da Rio+20

Trazendo como legado a ancestralidade e espiritualidade africana que é libertário, ecológico e sagrado. **Veja mais na pág. 7**

A economia verde e os mercados da água

A economia verde e os mercados da água - na esperança que o tempo não seja curto para a sociedade e os líderes entenderem que interesses financeiros poderosos se escondem atrás do conceito de “economia verde”. **Veja mais na pág. 7**

Sustentabilidade Socioambiental:

Um panorama atual das convenções internacionais advindas da ECO-92. Agendas 21 locais, conservação da vida marinha, convenção da diversidade biológica, convenção de mudanças climáticas e o tratado do Mercúrio. **Veja mais na pág. 4**

Código Florestal: a luta continua!



Foto: Greenpeace

O debate sobre o desmonte do Código Florestal congrega mais de 200 redes e entidades nacionais que estão somando seus esforços junto a comunidade internacional nesse apelo por uma lei justa que proteja as florestas e o meio ambiente no Brasil. **Veja mais na pág. 3**

Convidada internacional do FBOMS para a Cúpula dos Povos

O FBOMS – através do GT Educação Ambiental e Agenda 21 – coordenará a atividade autogestionada intitulada: “Territórios Sustentáveis na Perspectiva Agenda 21 - panorama Internacional”.

A palestra será proferida pela Prof^a. Dra. Christiane Gagnon, Professora Titular no Depto. de Ciências Humanas do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial, da Universidade de Quebec em Chicoutimi (UQAC). Doutora em gestão pela Universidade de Montreal e pós-doutora em Metodologia de Avaliação de Impactos pela Universidade de Sydney/Austrália; Gagnon é Ph.D. em Ordenamento do território, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa em nível internacional. Sua investigação e publicações têm foco no desenvolvimento sustentável e na sustentabilidade de comunidades locais, ecoturismo, avaliação e monitoramento dos impactos sociais das mudanças planejadas. Trabalhou em diversos países da América Central, China, Antilhas Francesas e Madagascar.

Produziu o primeiro portal guia sobre as aplicações territoriais de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local – site www.a21l.qc.ca

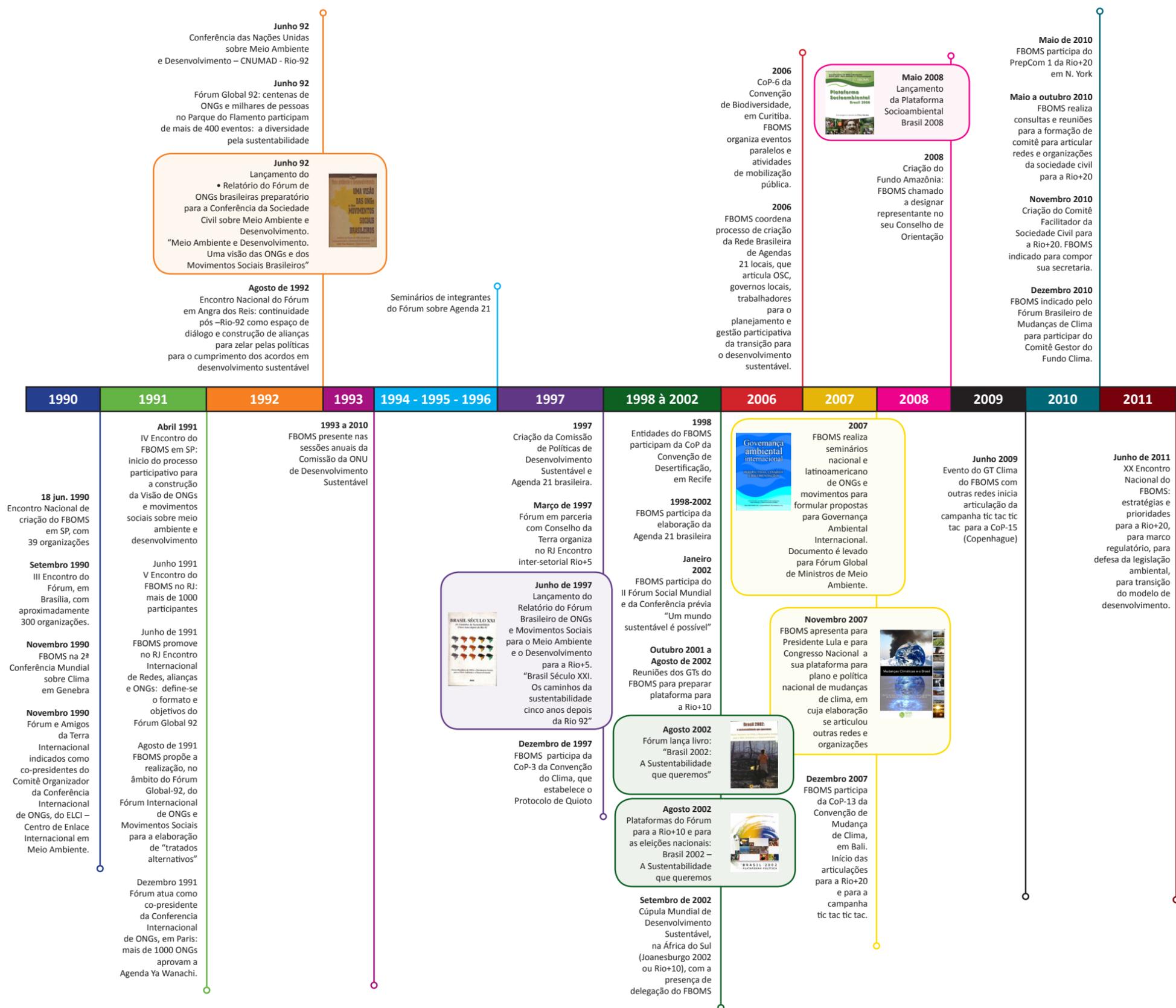
Christiane Gagnon lançará, durante a Cúpula dos Povos, seu mais recente livro “Territoires Durables em Devenir – Futuros Territórios Sustentáveis” – que tem na co-autoria, Sílvia de Castro e Doroty Martos, membros do GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS.

Site pessoal: <http://www.uqac.ca/cgagnon/>



Sílvia de Castro, Doroty Martos, Christiane Gagnon | Foto: Lais Sonkin – maio/2012

LINHA DO TEMPO - FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO



Realização: **FBOMS**
Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Apoio: **AVINA**
Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Expediente: O Resistência FBOMS é uma publicação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) criado em 1990, no contexto do início do ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável. Articula mais de 600 entidades, entre ONGs ambientalistas, sindicatos e movimentos sociais, na articulação e formulação de modelos alternativos a serem incorporados nas políticas públicas para um Brasil ambientalmente sustentável e socialmente justo.
Coordenação Nacional: Associação Alternativa Terrazul: Pedro Ivo Batista - Associação Cultural Caminho de Vida – COMVIDA: Fidelis Paixão - Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN: Francisco Iglesias - Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB: Sílvia Sant’Ana - Grupo de Trabalho Amazônico – GTA: Rubens Gomes - Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais: Adriano Wild - Vitae Civilis Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz: Rubens Harry Born.
Secretária Executiva: Sílvia Alcântara Picchioni (coordenafboms@fboms.org.br e silvia.a.p@esquel.org.br)
O Resistência FBOMS tem a tiragem de cinco mil exemplares. É impresso em papel reciclado 90 g/m², pela Artes Gráficas Nati-Thany Ltda.-ME, São Paulo.
Diagramação: Nathany Paola da Silva.
Jornalista Responsável: Mariana Servinskina Costa. **Revisão:** Sílvia A. Picchioni, Mariana Servinskina, Rubens Harry Born e Iara Vicente. **Colaboração nesta edição:** Adriana Charoux, André Abreu, Andrea Steiner, Marcelo Medeiros, Fernanda Amaral, Leonardo Boff, Brazileu Neto, Carlos Tautz, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Fidélis Paixão, Doné Kika de Gbessen, Moema Viezzer, Carlos Henrique Painel, Paulo Pizzi, Pedro Telles, Renato Araújo, Fábio Vaz, Donald Sawyer, Pedro Ivo, Doroty Martos, Sílvia Sant’Ana, Sílvia Picchioni, Sílvia de Castro, Francisco Iglesias, Zuleika Nycz.
Atividades do FBOMS para a Rio+20 e Cúpula dos Povos tiveram o apoio de AVINA e da Embaixada da Suíça no Brasil, especialmente para produção desse Jornal.
Escritório: Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco 1, Edifício Central, 13º andar - sala 1302 - CEP 70034 - 900 - Brasília - DF, pelo telefone 61 3322 2062 ou fax 61 3322 1063
*O FBOMS não possui nenhuma responsabilidade pelas informações existentes neste informativo. As informações são de responsabilidade conforme autoria dos textos.

Código Florestal: A luta continua!

O FBOMS tem participado ativamente da luta contra os retrocessos ambientais, incluindo a batalha para não deixar o Código Florestal ser desmontado.

Estamos, desde a fundação, participando do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, articulação que congrega mais de duzentas (200) entidades e redes nacionais. Essa luta tem sido árdua, mas a facilidade que os ruralistas e o governo achavam para “liquidar a fatura” não existiu. A avaliação inicial era resolver essa questão bem antes da Rio+20, mas não conseguiram, em função da mobilização do Comitê e da sociedade brasileira, chegaremos a conferência sem essa questão estar resolvida.

Essa mobilização resultou na campanha “Veta Tudo Dilma” que mobilizou milhões de pessoas, de norte a sul do país. A campanha incluiu a coleta de assinaturas presenciais. Ao final coletamos em torno de dois milhões de assinaturas. O objetivo disso seria respaldar a Presidenta Dilma Rousseff para fazer um veto integral e estabelecer uma proposta que pudesse proteger as florestas e o meio ambiente.

Infelizmente, a Presidenta desconsiderou a vontade popular e descumpriu sua promessa de campanha de não anistiar desmatadores e defender o meio ambiente. O veto parcial da Presidenta Dilma contém os graves problemas descritos abaixo, segundo nota do Comitê em Defesa das Florestas:

- Mantém definição de “área rural consolidada” para ocupações ilegais ocorridas até julho de 2008. Conceito é utilizado como base para todas as ANISTIAS previstas na nova Lei. A última alteração na lei no que se refere às APPs foi em 1989 e RL (somente na Amazônia) em 1996 (e não em 2008);
- ANISTIA de RL para desmatamentos ilegais em imóveis rurais baseado no tamanho das propriedades e não no modelo de produção familiar (Lei 11.326/06), (art. 67) ANISTIANDO mais de 90% dos imóveis de todo país;
- ANISTIA de recomposição de APPs (Matas ciliares) em até 80% em relação ao patamar até então vigente. Na Lei revogada recomposição de APP variava de 30 a 500m (na Lei 4.771/65). Na nova lei (+MP) a APP a ser recomposta será de 5m a 100metros;
- ANISTIA total de recomposição de APP de topo de morro e encostas, mantendo inclusive pecuária (art. 63);
- ANISTIA de recomposição de APP de nascentes, olhos d’água, lagos e lagoas naturais entre 80 e 50% (art. 61- A, §5º e 6º);
- ANISTIA OCUPAÇÕES em Manguezal ocupados até julho de 2008 e permite de novas ocupações em até 35% na Mata Atlântica e 10% na Amazônia (art. 11-A);
- ANISTIA para desmatamentos em APP de beira de rio para aquicultura em imóveis c/ até 15 Módulos fiscais, ocupadas até julho de 2008 (art.4º §6º);
- ANISTIA TOTAL DE APP. Nos poucos casos em que deverá haver algum tipo de recomposição em APP esta não será mais com espécies nativas (Art. 61-A, §13, IV);
- REDUÇÃO DE PROTEÇÃO em áreas úmidas (pela alteração da base de medida de APP – leitor regular), com necessidade de declaração do poder executivo e desapropriação por interesse social (Art. 6º, IX);
- REDUÇÃO de RL (NA AMAZÔNIA), inclusive para novos desmatamentos, nos Estados com 65% de UC+TI ou Municípios com mais de 50% de UC+TI (§4º e 5º artigo 12). Esse dispositivo afeta imediatamente 80 municípios na Amazônia. Afeta imediatamente todos os municípios do Amapá. PARÁ está prestes a atingir 65% de UC+TI;
- REDUÇÃO DE APP DE TOPO DE MORRO com mudança no método de definição da área a ser preservada como APP, reduzindo em até 90% em alguns casos (art.4º);
- VETO ao único incentivo positivo (econômico) concreto para recomposição de APPs (contribuição do setor elétrico) previsto na Lei aprovada pelo Congresso, sob justificativa de que tal medida contraria interesse nacional. – Art. 43 (Vetado);
- Cadastro Ambiental Rural inerte, sem transparência e apenas para consolidar uso ilegal.

Como se vê acima, o texto sancionado manteve vários dispositivos que anistiam desmatadores e reduz áreas de proteção (APPs e RLs). Nossa única resposta, é intensificar a luta para derrotá-lo e estabelecer uma lei justa que proteja as florestas e o meio ambiente.

Próximos passos.

A Conferência Rio+20 e a Cúpula dos Povos são fundamentais para denunciarmos ao mundo a atitude do governo brasileiro. Assim, a oficina autogestionada do Comitê em Defesa das Florestas deve ser fortalecida por todos. Ela acontecerá no dia 16 de junho na Cúpula dos Povos, na parte da tarde.

Por Pedro Ivo Batista, Conselheiro da Associação Alternativa Terrazul, membro da Coordenação Nacional do FBOMS e integrante do Comitê em Defesa das Florestas.

Em busca do realinhamento e do enlace com Redes e Coletivos

Fortalecer e ampliar as relações com Redes e Coletivos historicamente vinculados às duas temáticas, tem sido o objetivo da coordenação nacional do GT da Educação Ambiental e da Agenda 21 do FBOMS – Cíntia Barenho/CEA, Doroty Martos/Instituto Redecriar e Pedro Aranha/APEDEMA RJ. Contando com o apoio de vários membros do grupo, temos implementado o diálogo com a REBAL, REBEA, REJUMA, RMA, entre outras. Esta ação tem como objetivo entrelaçar seus membros para ampliar a capilaridade da atuação e do fortalecimento das duas temáticas.

Membros do GT têm participado de atividades por todo o país, atuando em processos de diálogos e ações para Políticas Públicas de Educação Ambiental, em diferentes atividades e participando de Campanhas como “Floresta faz a Diferença” e “Veta Tudo Dilma”, assim como na criação da Rede Brasileira da Carta da Terra e ainda envolvidos/as com Coletivos de Juventude que atuam no Ativismo e na Mobilização para a sustentabilidade, através da Cultura, com música, dança, teatro, grafitti, entre outras.

Tivemos participação ativa e qualificada no Fórum Social Temático em Porto Alegre, assim, como, no VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental - março de 2012 - Salvador/BA onde destacamos a II Jornada Internacional do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Outro importante momento foi a realização do Encontro Nacional do GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS - evento aberto que contou com a participação de cerca de 100 pessoas e teve apoio do CASA. Este Encontro foi intitulado de “Rodada de Conversa na Perspectiva de Enlace e Realinhamento de Redes e Coletivos” tendo como objetivos: refletir sobre estratégias necessárias para reaproximação dos Coletivos que atuam na Educação Ambiental e na Agenda 21 e a potencialidade desta aderência, bem como, a importância de nossa união para organizarmos nossa participação na Cúpula dos Povos.

Neste encontro nacional, contamos com pessoas de vários estados e, entre as entidades membro do FBOMS, estiveram lá: Instituto Redecriar, Coligação ZEM, Instituto 5 Elementos, Tuim Ambiental, BioBrás, APEDEMA RJ, REARJ/REBEA, ITPA, REBAL, ONG ComVida, Rede de Educadores Ambientais e Agentes de Desenvolvimento Local da BR-222 Alternativa Terrazul, GAMBA, ONG CEA, Mater Natura e Fundação ESQUEL.

Também, durante o VII Fórum de EA, participamos do encontro nacional da REBAL; importante momento onde reafirmamos nossa parceria com esta com esta Rede e refletimos sobre o impacto positivo da Agenda 21 nos territórios e dos problemas e fragilidades encontrados nos processos. Na ocasião, o GT EA e Ag 21, afirmou publicamente o apoio à Carta Aberta da REBAL, propondo anexar a este documento, a Moção de Repúdio aprovada na plenária do XX Encontro Nacional do FBOMS de junho/ 2011 em Brasília. Reiteramos, também, nosso apoio à Carta da Praia Vermelha, aprovada no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental.

Há cerca de um ano, o GT EA e Ag 21 do FBOMS, participa dos diálogos para a organização da Cúpula dos Povos e faz parte do grupo do campo socioambientalista que subsidia seus representantes no GA – Grupo Articulador da Sociedade Civil para a Rio+20. Estamos organizando várias atividades para estes dias no Rio colaborando com Coletivos e Redes.

Reiteramos que a Carta da Terra, documento ético e eixo norteador na busca da Sustentabilidade da Vida, bem como, o Tratado Internacional de EA rumo para Sociedades Sustentáveis formam os pilares de sustentação do GT Educação Ambiental e Agenda 21 do FBOMS e aproveitamos para convidar mais instituições, ONGs e Movimentos Sociais envolvidos com os temas deste Grupo de Trabalho para fazerem parte desta luta e deste sonho.

Endereço do GT na web: http://groups.google.com/group/EAmbientalAgenda21_FBOMS
Conheça a Carta de Princípios do FBOMS - www.fboms.org.br

Por Profa. Me. Doroty Martos, Instituto Redecriar – ddoamartos@yahoo.com.br

As gerações futuras que são tão presentes...

Nestes últimos 40 anos, desde a primeira Conferência da ONU sobre meio ambiente em Estocolmo, onde se descobriu que os recursos naturais eram finitos e depois, passando pela segunda Conferência 20 anos depois no Rio de Janeiro e agora com mais um novo ponto de reflexão, se assim poderia ser, na Rio+20, ainda não vimos a questão da Natureza assumir a devida importância nos processos gerais de governança mundial, ela ainda é marginal a todos setores, tentam-lhe dar um verniz, escondendo-a sobre nomes diversos como desenvolvimento sustentável ou economia verde.

Esta mudança de posição, mesmo com a maior e mais crescente conscientização da opinião pública e o engajamento de bilhões de pessoas nessas questões ainda não tem sensibilizados os extratos mais altos dos governos de todos países, e principalmente dos 20 mais ricos. Este processo tem-se mostrando lento, muito mais de contramarchas do que de avanços. Os números não mentem, mas os homens mentem, os governos mentem, ou os menos piores omitem. Os dados estatísticos estão aí para demonstrar o quão ainda deve-se caminhar para atingirmos um pleno cuidado na utilização dos recursos naturais, ou seja, garantindo a integridade dos processos ecológicos e ecossistemas que garantem a Vida no planeta. Apesar de toda evolução econômica, tecnológica, ficamos a mercê de grandes corporações econômicas que assim como os governos deveriam também participar deste debate, não de forma rasputiniana, mas no centro do mesmo, com suas entranhas abertas para toda sociedade civil e para toda civilização.

Em pleno segundo decênio do século XXI, ainda estamos muito longe da Agenda 21, estamos mais para agenda do século XX ou XIX em alguns casos. Em nosso país podemos ver isto na própria questão do novo “Código” Florestal, onde nossos parlamentares conseguiram retroagir de forma vil para o século XIX. Além disso as leis que deveriam ser aplicadas, são geralmente escamoteadas, deixadas de lado, e percebam, principalmente por aqueles que deveriam ser os mais preocupados com ela, isto é, o governo.

A Rio+20 é mais um ponto nesta caminhada, uma parada, pequena, significativa diria que não, ainda há muito que caminhar, as gerações futuras já não são tão futuras, já são presentes.

As Convenções da Rio 92, espelhadas em Estocolmo e agora nos avanços e conhecimentos da Ciência e também da Avaliação Ecosistêmica do Milênio, poderiam refletir positivamente nos próximos 20 anos e em 2032 ou 2052, poderíamos agradecer pelos que no passado lutaram para que tivéssemos um mundo mais justo com seus próprios habitantes e também com sua própria Natureza, amando-a, respeitando-a, usufruindo-a, compadecendo-a, mas este é mais um passo de todos os passos que já demos e que teremos que dar.

Por Francisco Iglesias (Xblu) é integrante da ASPOAN e da coordenação do FBOMS

A conservação marinha como problema político internacional e suas repercussões no Brasil

Devido às características distintas dos ecossistemas marinhos, acadêmicos e conservacionistas têm destacado a necessidade de estratégias de conservação e acordos específicos.

Esta temática teria percorrido três caminhos para se inserir na agenda política global: o uso compartilhado dos oceanos; a soberania dos países dentro das águas nacionais, os direitos comuns nas águas fora de jurisdição e o acesso aos recursos naturais em ambos os casos; e a proteção direta do ambiente marinho e de suas espécies.

O Brasil assina vários acordos relacionados, inclusive sobre conservação de cetáceos, zonas úmidas, poluição marinha, comércio de espécies em extinção e biodiversidade. Além disso, há indícios de que sua implementação estimulou a criação de programas de governo para a proteção da biodiversidade. Para a biodiversidade marinha pode-se citar o Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral Brasileiros e o Projeto GEF-Mangue. Os acordos ambientais também servem como agregadores de diretrizes para a conservação e na articulação de recursos financeiros para tal, além de estimular o aumento de informações científicas, o melhor acesso às informações existentes, a ação de ONGs e a produção acadêmica.

Além disso, é importante citar as 38 áreas de proteção marinha integral e 64 de uso sustentável existente (1,57% da área marinha brasileira). Existe, ainda, um esforço para se reconhecer mosaicos de unidades de conservação (ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos interligados).

De forma geral e a despeito das dificuldades, é possível afirmar que os acordos internacionais relacionados à conservação marinha trouxeram repercussões importantes para o Brasil. Entre os motivos para tal estão a pressão internacional, mudanças comportamentais significativas no âmbito governamental e o conseqüente aumento do conhecimento acadêmico. Tais fatores ajudaram a introjetar a questão de forma irreversível na agenda governamental, sendo este o grande mérito dos acordos ambientais para o país.

Por Andrea Steiner, Marcelo Medeiros, Fernanda Amaral, ASPAN Pernambuco

Convenção de Diversidade Biológica - situação de cumprimento no Brasil

Assinado por 168 países na Rio 92, a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB entrou em vigor em dezembro de 1993, ao ser ratificada por 90 nações signatárias. Um Plano Estratégico para o período 2002-2010 foi estabelecido como instrumento para orientar as Partes da Convenção no cumprimento de suas metas de conservação global.

Com a Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Biodiversidade (CONABIO), o Brasil estabeleceu as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010. A Resolução atuou como ferramenta para dar respaldo legal, fornecer o “mapa do caminho” e possibilitar o monitoramento de indicadores de sucesso do cumprimento de 51 metas nacionais.

O Quarto Relatório Nacional entregue pelo MMA em 2010 ao secretariado executivo da CDB, demonstra que o Brasil somente cumpriu integralmente duas das metas nacionais e outras quatro em 75% do previsto. O Panorama da Biodiversidade Global 3, analisou 170 relatórios nacionais e concluiu que o Brasil não ficou sozinho no objetivo de redução da taxa de perda de biodiversidade global para 2010. Nenhum país cumpriu completamente as 21 submetas globais, alcançando no máximo 50% de cumprimento dos objetivos em algumas delas.

Na COP 10 da CDB (realizada em Nagoia, Japão), ganhamos uma nova oportunidade para mudar este cenário com a aprovação do Plano Estratégico das Metas de Aichi para 2011-2020, composto por 5 Objetivos e 20 Metas globais (Aichi é a província japonesa cuja capital é Nagoya). Para construir o Plano, o governo federal realizou cinco oficinas com distintos segmentos da sociedade, resultando em 25 relatórios setoriais, que foram sistematizados em documento base e colocados para consulta pública na internet entre dezembro/11 e janeiro/12. A versão consolidada foi apresentada em oficina no dia 17 de maio. O Brasil apresentará o documento final em outubro de 2012, na COP 11, em Nova Delhi (Índia).

Diante dos fracos resultados anteriores, as ONGs e redes devem intensificar sua participação no monitoramento dos indicadores de cumprimento do novo Plano Estratégico 2011-2012, para possibilitar seu sucesso. Também, deve cobrar do executivo brasileiro a integração das Convenções da Diversidade Biológica, de Mudanças Climáticas e de Combate a Desertificação.

Por Paulo Pizzi, Mater Natura, coordenação do FBOMS

Agendas 21 Locais

As Agendas 21 Locais (Ag21L), são processos participativos e multissetoriais de construção de uma sociedade sustentável, os quais podem ser desenvolvidos em bases territoriais diversas, como estados, bacias hidrográficas, municípios, bairros, instituições, empresas, escolas e ruas. Constitui-se num planejamento do futuro, na formulação de um plano de ações, com a participação integrada de todos os setores da comunidade, visando à busca de soluções dos problemas locais e o fortalecimento de seus aspectos positivos, considerando as diversas dimensões que compõem o conceito de sustentabilidade.

É um processo contínuo, não podendo ser traduzido em um único documento, evento ou atividade, devido à própria dinâmica vital do território que abrange. O protagonismo da sociedade, a obtenção de consensos, e os comprometimentos dos atores envolvidos são essenciais para seu desenvolvimento. Cada processo é único em si, devendo ser respeitadas suas especificidades e culturas locais.

O processo de Ag21L pode ser caracterizado como um importante instrumento na educação para a cidadania e a sustentabilidade, e também como um instrumento para a gestão participativa. Ao promover a organização e participação da comunidade junto com o poder público no planejamento e construção do território desejado, fomenta o espírito crítico na interpretação e análise das informações relativas dos diagnósticos situacionais, assim como no processo decisório de definição de objetivos, metas e ações. Empodera e contribui para o resgate da autoestima da população. Ao rever costumes, ações e valores, sensibiliza os atores envolvidos para a prática dos princípios da sustentabilidade. É um dispositivo para a formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas à construção da sustentabilidade.

A Ag21L é tema de várias pesquisas acadêmicas, tanto no Brasil quando no exterior, que podem ser acessadas nas bibliotecas digitais das universidades. A plataforma digital da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – REBAL (www.rebal21.ning.com) é uma importante fonte de informações sobre as experiências brasileiras. A página digital do Ministério do Meio Ambiente disponibiliza documentos relativos à Ag21 Brasileira e Ag21L.

Por Sílvia de Castro, Arquiteta e Mestre em Engenharia Urbana, Tuim Ambiental/Membro GT EA e Ag21 FBOMS

Mudanças de clima: onde estamos e aonde vamos?

A crise climática planetária estava conhecida no final dos anos 1980 ensejou a elaboração da Convenção da ONU sobre Mudança de Clima, assinada na Rio-92; e logo depois do Protocolo de Quioto, em 1997. Passos iniciais necessários mas insuficientes, fundados em responsabilidades dos Estados mediante políticas e planos governamentais e em instrumentos de caráter econômico. Onde estamos duas décadas depois no enfrentamento do aquecimento global e seus efeitos extremos que impactam mais as comunidades e regiões vulneráveis pela pobreza e pela degradação ambiental?

Pintar o quadro de mudanças de clima como uma situação meramente ambiental permitiu assim torná-lo secundário ao modo usual de tocar adiante políticas e negócios. Mas a gradual atenção da sociedade, para a qual valeram a escolha dos trabalhos de milhares de cientistas do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças de Clima e do ex-vice presidente estadunidense Al Gore para o Prêmio Nobel da Paz em 2007, além da ocorrência de situações de extremos climáticos, cujas consequências sociais foram agravadas pela negligência de fatores e limites ambientais (em Santa Catarina, em 2008, por exemplo).

Insuficientes e lentas foram também ainda as ações dos governos para os compromissos, embora diferenciados, para inserir em suas políticas medidas destinadas a cortar (caso dos países industrializados) ou desacelerar o aumento das emissões de gases de efeito estufa e as medidas para se adaptar às mudanças de clima.

Somente em 2008 o Brasil teve um plano nacional de mudança de clima, que trouxe como novidade a meta voluntária de ficar cerca de 36% aquém do aumento projetado das emissões brasileiras até 2020, sobretudo pela redução do desmatamento. No final de 2009 foram promulgadas as leis sobre a política e o fundo nacional para medidas que devem dar concretude aos planos e objetivos setoriais, ainda para serem finalizados e decorrentes do plano de 2008. Algumas cidades e estados estabeleceram seus programas e marcos legais nesse tema.

Mas a aceleração do crescimento brasileiro, o novo e pretenso “código” florestal, o incentivo à indústria automobilística, a busca exacerbada para explorar o petróleo do Pré-Sal, entre outros fatos, podem colocar mais do que uma pedra no caminho dos esforços nacionais: sinalizam uma caminhada na contra-mão, um grave retrocesso que não nos levará para uma sociedade sustentável e de baixo carbono.

Por Rubens Harry Born, do Vitae Civilis (www.vitae civilis.org.br), está envolvido desde 1989 com as negociações internacionais em mudança de clima, coordenação do FBOMS

O Tratado Global do Mercúrio

O Tratado abrangerá a regulação do comércio internacional de mercúrio, produtos (pilhas, lâmpadas, instrumentos médicos de medição, vacinas, amálgama dentária, entre outros) e processos industriais com mercúrio (produção de cloro-álcalis no Brasil), efluente, resíduos e gestão de áreas contaminadas, armazenamento permanente de mercúrio e garimpo de ouro.

Como é uma substância tóxica, o mercúrio que afeta principalmente o sistema nervoso central. As crianças são especialmente vulneráveis, dada a sua estrutura frágil e ainda em desenvolvimento. Não existem níveis seguros de exposição ao mercúrio para os seres vivos.

Três ONGs cidadãs brasileiras participam do processo de negociação: ACPO (SP) desde 2002, e a coalizão APROMAC_Toxisphera (PR) desde 2007. A APROMAC representa o FBOMS na CONASQ (Comissão Nacional de Segurança Química) e participou da criação do GT Mercúrio onde se busca consolidar democraticamente a posição da delegação brasileira frente às negociações. No entanto, essas ONGs não recebem qualquer apoio financeiro no Brasil para que possam se dedicar ao estudo e às análises científicas e técnicas dos temas do tratado e promover o diálogo

multissetorial com os países que participam da negociação a fim de alcançar um tratado robusto e eficiente que atenda os interesses dos países em desenvolvimento. Se partirmos da experiência de outras convenções de químicos (como a de Estocolmo sobre os POPs) provavelmente não haverá apoio do governo federal para as ONGs também na fase de implementação, ainda que as convenções químicas exijam a participação plena da sociedade ao reconhecerem o importante papel das ONGs. As ONGs brasileiras têm apenas obtido apoio de redes cidadãs fora do Brasil para poderem defender os interesses da sociedade brasileira nas negociações do tratado.

Além da ausência de mecanismos de apoio às ONGs cidadãs de seu próprio país, observa-se pouca atenção do governo federal para fortalecer e atualizar a legislação nacional sobre o mercúrio e tomar medidas objetivas para banir processos e produtos que já contam com alternativas seguras.

Por Zuleica Nycz, representante titular da APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, representante do FBOMS na CONASQ. zuleica.nycz@gmail.com



CÚPULA DOS POVOS



A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental é um evento organizado pela sociedade civil global que acontecerá entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro – paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

A Rio+20 oficial marca os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou Eco 92). Nestas duas décadas, a falta de ações para superar a injustiça social e ambiental tem frustrado expectativas e desacreditado governos e a ONU. A abordagem prevista para a Rio+20 oficial – com ênfase na chamada “economia verde” – é considerada por nós como insatisfatória para lidar com a crise do planeta, causada pelos modelos de produção e consumo capitalistas.

Para enfrentar os desafios dessa crise sistêmica, a Cúpula dos Povos não será apenas um grande evento. Ela faz parte de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica. Queremos, assim, transformar o momento da Rio+20 numa oportunidade para tratar dos graves problemas enfrentados pela humanidade e demonstrar a força política dos povos organizados.

Mais informações acesse www.cupuladospovos.org.br

VONTADE E DINÂMICA NA CÚPULA DOS POVOS

Carlos Henrique Painel, ambientalista e membro da Secretaria Operativa da Cúpula dos Povos, representando o FBOMS, afirmou (em entrevista a Carta Maior) que a perspectiva de poucos avanços no encontro oficial da ONU já elevou a repercussão do evento da Sociedade Civil que deve apontar onde os governos têm falhado e como caminhar de forma justa e igualitária na busca da transição para uma economia de baixo carbono.

O principal objetivo da Cúpula é contrapor o que está sendo discutido na conferência oficial e, mais ainda incluir na agenda o que não está sendo discutido por lá na ONU, pois acredita que as soluções vindas dos povos que estarão expostas ali, são as verdadeiras soluções para se enfrentar e fazer uma transição para uma economia de baixo carbono e com menos emissão de gases poluentes.

A dinâmica da Cúpula dos Povos vai ser muito intensa e é óbvio que vamos aproveitar a presença de membros da Primavera Árabe, Indignados da Espanha, movimento Occupy nos Estados Unidos, estudantes do Chile e várias sociedades que estão sofrendo algum tipo de repressão para tentarmos repactuar uma nova agenda global de lutas ao final destes dias onde também vamos falar de economia solidária, economia criativa, permacultura, planejamento, atualização e manutenção de sistema socioambientais justos e financeiramente viáveis, agroecologia; enfim, uma gama enorme de soluções que já existem e já estão implementadas e vivenciadas em diferentes regiões do Brasil e de outros Países.

Nossa vontade é que muitas dessas ações sejam adotadas pelos governos como soluções para o momento que o planeta vive, pois a implementação delas já está comprovada na prática.

É super importante tratar dos direitos conquistados, o princípio do direito adquirido, pois está sendo totalmente ferido e tendo um retrocesso nos documentos que estão sendo articulados dentro da ONU. Os povos terão que ampliar ainda mais a nossa luta, o nosso discurso, em relação a esse desgoverno que anda acontecendo... Estamos abertos ao diálogo e estaremos sempre, mas diálogo para avançar, não para ficar na retórica, porque da retórica estamos cansados.

Em entrevista à Rodrigo Otávio da Carta Maior, 09042012



Juventudes na Rio+20

Diversos grupos, organizações e movimentos liderados pelas juventudes estão se mobilizando para a Rio+20. Três espaços em especial tem agregado um grande número de jovens: o Enlace das Juventudes, o Major Group (Grupo de Interesse) de Crianças e Jovens da ONU e a campanha internacional Rio+Você.

Conectado à Cúpula dos Povos o Enlace das Juventudes é resultado do esforço de várias redes, movimentos e organizações da sociedade civil. O grupo está organizando o Território Internacional das Juventudes, uma série de atividades autogestionárias de convergência e diálogo, além de diversas mobilizações de rua.

O Major Group de Crianças e Jovens, por sua vez, é o espaço oficial para participação das juventudes nos processos oficiais da ONU. Integralmente composto por jovens, é aberto a qualquer um que quiser participar de suas atividades. O grupo está organizando a Youth Blast – Conferência de Jovens para a Rio+20, que deverá reunir dois mil jovens de todo o mundo entre os dias 7 e 12 de Junho, já no Rio de Janeiro.

Por fim, a campanha Rio+Você tem agregado inúmeros jovens, grupos e organizações da América Latina, América do Norte, Europa e África mobilizados para a Rio+20. A campanha tem um formato aberto, e qualquer indivíduo, grupo ou organização que esteja aproveitando a Rio+20 para realizar ações de mobilização e conscientização pode se somar para realizar ações, eventos e ajudar a multiplicar a ideia.

Sites para conhecimento:

- Enlace das Juventudes (<http://enlacedasjuventudes.blogspot.com.br/>)
- O Major Group de Crianças e Jovens (<http://uncsdchildrencyouth.org/>)
- Youth Blast – Conferência de Jovens para a Rio+20 (<http://youth-blast.org/>)
- Rio+Você (<http://riomaisvoce.org/>)

Por Pedro Telles, Vitae Civilis - pedro@vitaecivilis.org.br

A CUT e a Rio+20

A Conferência deve ser muito mais que um espaço burocratizado e vazio de significado

Nos debates que a CUT realizou no contexto da Jornada pelo Desenvolvimento, acumulamos uma concepção de desenvolvimento sustentável. Na Rio+20 vamos pressionar no sentido de que as propostas e projetos converjam para esta concepção, respeitando assim as dimensões social, ambiental, econômica, mas também política para que seja garantido o envolvimento direto dos povos na tomada de decisões, na definição do seu futuro e na gestão dos recursos naturais nas estruturas democráticas de governo.

Para nós, esta é uma oportunidade de construir convenções e instrumentos para o desenvolvimento sustentável, num amplo acordo, envolvendo governos e sociedade em torno de princípios e ações nos mais variados temas que compreendem a sustentabilidade.

Os trabalhadores e trabalhadoras que possuem identificação com o nosso projeto, esperam e exigem que saiamos deste processo com definições concretas e viáveis que levem à construção de um novo modelo, além de padrões de produção, consumo, pela não financeirização da natureza e mercantilização dos bens comuns.

Espera-se que os resultados desta Conferência conduzam os governos a comprometerem-se com programas e agendas nacionais que respeitem metas e indicadores e sejam capazes de promover a governança multilateral, participativa e democrática, onde sejam respeitados os direitos humanos e a autodeterminação dos povos.

Dialogamos, internacionalmente, com os eixos da CSI e CSA (Confederação Sindical Internacional e Confederação Sindical das Américas) partindo da nossa visão de desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho. As decisões tomadas na Conferência devem repercutir na garantia de eficiência no uso de recursos, priorização do uso de fontes renováveis, restituindo os ecossistemas, integrando os custos e benefícios ambientais e garantindo a geração de trabalhos decentes.

Por Central Única dos trabalhadores - CUT

Somos todos aprendizes

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado na Rio92 como parte integrante dos Tratados das ONGs emergiu da constatação de que todas as questões socioambientais são temas de educação ambiental. Estas questões que nos afetam do âmbito local ao planetário nos convidam a “ascender” à condição de aprendizes da sustentabilidade, independentemente de nossa idade, formação acadêmica, setor social a que pertencemos ou espaços que ocupamos nas instituições.

Construído durante um ano de trabalho participativo internacional, o tratado, foi considerado um “divisor de águas” na própria concepção da educação para sociedades sustentáveis e responsabilidade global.

Após a Rio92, este Tratado inspirou a revisão de programas e ações de ONGs e a criação de redes de educação ambiental. No Brasil tornou-se a base da elaboração da política nacional de educação ambiental com forte ênfase na interface do estado com a sociedade civil. Atualmente, o Tratado está se tornando referência para empresas que exercem a responsabilidade social. No contexto da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, está sendo realizada a segunda Jornada Internacional do Tratado, durante a qual será lançada a Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental, somando-se a duas outras iniciativas importantes: o GT Educação Rio+20 e os Tratados dos Povos pela Sustentabilidade.

O maior desafio que temos adiante em relação à Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global - através de todas as modalidades de educação formal, não formal, informal, presencial ou a distância - é colocá-la em seu devido lugar que é no Centro: no centro da vida cotidiana, no centro dos sistemas de ensino, no centro da gestão ambiental.

Afirmamos com o Tratado de Educação Ambiental que “Somos todos aprendizes”, pois somente com cidadãs e cidadãos ecoeducados e que ecoeducam, as tecnologias sustentáveis serão utilizadas, as leis que apontam para a sustentabilidade serão aplicadas e os caminhos da governança global poderão levar para o futuro que queremos.

Por Moema Viezzer - E-mail: jornadario20@gmail.com

Diálogos e superar a fragmentação frente aos desafios comuns

No XX Encontro Nacional do FBOMS, em junho de 2011, foram estabelecidas diretrizes para a articulação de reflexões e experiências de organizações e redes que lidam com desafios de sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento humano no Brasil. Uma delas, a de buscar ampliar o diálogo entre alianças e iniciativas da sociedade, por um lado, e valorizar visões e experiências trazidas na busca da sustentabilidade do desenvolvimento em distintas regiões do país, seus biomas e cidades. Superar a fragmentação, identificar desafios comuns e fortalecer ações dos movimentos e organizações da sociedade nesses territórios.

Alguns eixos temáticos foram escolhidos: a Carta da Terra, plataforma de princípios e diretrizes de ações; o aprimoramento do marco regulatório da sociedade civil, os desafios de governança (nas esferas global e local) e finalmente as questões de convivência digna dos seres humanos e sustentabilidade nos diversos biomas e áreas urbanas.

Debates no Fórum Social Mundial Temático em janeiro de 2012, reuniões mensais e consultas entre integrantes de distintas alianças tornaram-se parte das contribuições do FBOMS em uma nova dinâmica de diálogo e colaboração com outras alianças, como a Rede Cerrado, Rede de ONGs da Mata Atlântica, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental, Rejuma – Rede de Juventude e Meio Ambiente, REBAL – Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, entre outras.

Nessa caminhada foram produzidos dois textos, cuja elaboração coube respectivamente ao Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS e à Fundação Grupo Esquel Brasil – FGEB: **“Governança do desenvolvimento sustentável, integridade ambiental e justiça social”** e **“Convivência Digna e sustentabilidade nos territórios (biomas e cidades): perspectivas de redes e OSCs – organizações da sociedade civil”**

Esses textos estão disponíveis em formato digital na página do FBOMS e de seus integrantes

Governança do desenvolvimento sustentável, integridade ambiental e justiça social

Apesar das dificuldades, a sociedade vem acumulando capacidade de atuação desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, quando houve um grande salto na efetivação de espaços institucionais de participação da sociedade civil nas instâncias de governança ambiental internacional com a elaboração da Declaração do Rio, da Agenda 21 e da constituição dos nove grupos principais de organizações interessadas.

No âmbito da ONU, há um esforço pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de participação da sociedade. No entanto, problemas como a fragmentação, falta de coordenação e sobreposição dos temas referentes ao meio ambiente sobressaem-se. Em uma consulta organizada pelo FBOMS, o Stakeholder Forum e a ANPED, em 2006, concluiu que “é fundamental garantir a aplicação dos princípios do Rio, com especial atenção ao princípio de precaução, garantir o equilíbrio de gênero, aumentar a cooperação entre os Acordos Ambientais Multilaterais e incrementar a coerência entre os órgãos da ONU sobre temas transversais”.

Essas questões estarão novamente em discussão na Rio+20, mas as negociações ocorridas até o momento não conseguiram absorver a riqueza do acúmulo da sociedade desde a Rio92. Os debates ainda não refletiram a necessidade de buscar formas para colocar o tema do desenvolvimento sustentável nos centros decisórios da comunidade internacional, como o Conselho de Segurança da ONU, a OMC, o Banco Mundial e o FMI.

Por isso o FBOMS realizou uma Oficina no Fórum Social Temático de Porto Alegre, em janeiro, e colocou seus resultados em consulta pública, com propostas relativas a arranjos institucionais, mecanismos de acesso à informação e participação, mecanismos de controle, monitoramento e eficácia, como a criação de um “ombudsperson” na ONU.

Por Bazileu Neto, IDS

Convivência e Sustentabilidade nos Biomas e Territórios

Nos últimos 20 anos foram implantadas diversas iniciativas para articular ações da cidadania e das organizações da sociedade civil em relação aos desafios de conservação, sustentabilidade e dignidade da vida humana. Estas articulações e alianças se constituíram em torno a certas temáticas, distintos territórios (urbanos, zonas costeiras, unidades de conservação, áreas protegidas etc) e biomas. O ponto comum dessas iniciativas é a busca de olhares sobre os desafios do desenvolvimento, da conservação ou da sustentabilidade.

Parte-se de que existe um modelo de desenvolvimento social no qual é possível realizar um esforço produtivo com equidade e inclusão social sem destruir a resiliência ou base de recursos naturais, assegurando desta forma a permanência e durabilidade do modelo e de sua sustentabilidade. Esta proposta garante qualidade de vida digna para a população atual e as gerações futuras. O experimento humano dessa realização remete para a noção de “Convivência com o Bioma”, cuja noção parte de uma crítica às propostas convencionais de “desenvolvimento” e “crescimento econômico”. E considera as características, potencialidades e fragilidades de cada território na perspectiva de atores da sociedade.

Tal como vivenciado pelas redes, é um processo em plena construção e ainda pouco conhecido, inacabado e como tal não apresenta a “elegância” ou a solidez conceitual que todos gostaríamos que ele tivesse.

Remete para a busca e construção de um “modelo de desenvolvimento sustentável”. Critica os modelos vigentes e os fracassos dos “transplantes” de modelos de desenvolvimento mecanicamente copiados a partir de experiências de outros biomas ou condições sociais e naturais distintas no planeta. Implica em desenhar o cenário de uma nova formação econômico social em todas suas esferas e dimensões!

Por Silvio Sant’Ana, Fundação Esquel, coordenação FBOMS

Rede Cerrado

O Tratado dos Cerrados, aprovado no Fórum Global no Rio de Janeiro em 1992, propôs a criação de uma rede de ONGs. Assim, a sociedade civil organizada fez nascer a Rede Cerrado, que vem defendendo o bioma e seus habitantes, especialmente seus povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), com apoio do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e outras fontes, vem contribuindo para melhorias nas formas de produção baseadas no uso sustentável da biodiversidade, como também para o empoderamento da sociedade civil desta região vital para o país, porém muito pressionada.

Sem dúvida o cerrado tem grande importância ecológica para o país e para o mundo. Ocupando um quarto do território nacional, detém 33% da biodiversidade brasileira e 5% da biodiversidade global, com características únicas. Seus estoques de carbono, em grande parte nas raízes profundas, estão sendo transformados em emissões de gases de efeito estufa. Nas suas savanas e florestas nascem e crescem rios que formam as principais bacias hidrográficas do país, como as do Amazonas, São Francisco e Paraná, fontes essenciais de água e energia, além da grande variedade sociocultural.

Por outro lado, o bioma vem enfrentando uma grande força contrária, que compromete suas funções ecológicas e impacta as comunidades que são seus guardiões. A média de desmatamento nos últimos dez anos está em cerca de 15 mil Km² por ano. Apesar de novas políticas de combate ao desmatamento do Cerrado, os governos continuam promovendo a conversão do Cerrado por meio de incentivos e subsídios ao agronegócio.

A Rio+20 poderia começar a reverter esse quadro, mas muitas das “soluções verdes” postas à mesa são perigosas para o Cerrado. Os biocombustíveis, apresentados como solução dos problemas energéticos do mundo, provocam desmatamento, deslocamento e contaminação da terra, água e pessoas. O plantio de eucalipto em áreas degradadas seria prejudicial ao Cerrado. As propostas existentes de “Economia Verde” perdem a oportunidade de pautar outras formas de produção e consumo, promovendo meios de vida sustentáveis com amplos benefícios ecológicos e sociais.

Por Renato Araújo, Fábio Vaz, Donald Sawyer, Rede Cerrado

Tratados das ONGs

Na Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, em 1972, as Organizações Não-Governamentais tiveram um importante papel de engajamento, reunindo-se numa quantidade até então sem precedentes: foram 134 entidades, tanto nos procedimentos oficiais, quanto em protestos, e até mesmo fazendo lobby em organismos oficiais.

Esse crescimento refletia a demanda por maior participação da coletividade – representada por essas ONGs – em fóruns até então inacessíveis, onde somente entidades dos Governos podiam decidir sobre assuntos que dizem respeito a todos.

Vinte anos depois, durante a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Rio 92, o evento paralelo “Fórum Global 92”, copresidido pelo FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, contou com mais de 4000 participantes, em geral militantes de ONGs procedentes de mais de cem países, e ligados ao Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais.

Na ocasião, foram debatidos e aprovados 36 Tratados, entre os quais os que versavam sobre energia, florestas, oceanos, resíduos, biodiversidade etc, destacando-se a “Carta da Terra” e a “Declaração do Rio”, propondo uma série de princípios para a construção da sustentabilidade da vida no planeta.

Tal conjunto de documentos foi chamado de “Tratados das ONGs”, compromissos assumidos que ofereciam alternativas e outros modos de pensar em face do modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório e socialmente injusto que não estava sendo questionado na Conferência oficial da Rio 92.

Esse momento foi um divisor de águas: as ONGs consolidaram seu papel fiscalizador frente ao Estado, visto que já tinham proposto alternativas sérias ao modelo vigente.

Ao criticar as injustiças sociais e desequilíbrios ambientais de uma civilização baseada no combustível fóssil, o Fórum Global 92 mostrou que um outro mundo é possível e contribuiu, como importante referência histórica, para a futura organização do Fórum Social Mundial que se tornou um marco na luta contra o atual modelo de globalização excludente e insustentável.

Por Liszt Vieira, foi um dos coordenadores do FBOMS no Fórum Global 92

A agenda do movimento negro para além da Rio+20

O tema das relações raciais não tem sido debatido adequadamente, mas essa questão ganha um colorido especial no pensamento econômico dos países periféricos ao sistema capitalista mundial, especialmente a América Latina, e o Brasil.

No Brasil, o poder público raramente assumiu a perspectiva racista, mas suas ações ainda assim apresentaram efeitos bastante perversos do ponto de vista das disparidades raciais. Sobre práticas do poder público, o movimento negro brasileiro e alguns autores, classificam como racismo institucional. Há um amplo espaço de reflexões no meio acadêmico, embora se perceba que suas seqüelas para a questão das desigualdades raciais, foram tão ou mais nefastas do que as práticas mais abertamente racistas adotadas até 1960, nos EUA ou até a década de 90, na África do Sul.

Em boa parte do séc XX, a agenda do movimento negro brasileiro residiu nas denúncias sobre as práticas preconceituosas e discriminatórias que a população negra e afrodescendentes enfrentavam no Brasil. Após os anos 80, a temática se tornou mais ampla e incluiu, a luta das mulheres negras contra a discriminação agravada, quilombolas, rappers e jovens da periferia, líderes religiosos em defesa dos cultos afro-brasileiros, militantes da área da saúde e da educação etc. A transformação propunha ações afirmativas e a busca de políticas de promoção da igualdade racial.

A próxima fronteira do movimento deverá ser, além da ampliação do seu arco de aliados, o questionamento sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social implantado em nosso país desde a Independência. Os desafios atuais são de produzir constantes exercícios de um agir estratégico, de modo a gabaritar os afrodescendentes brasileiros a serem atores de fundamental relevância em termos dos debates nos futuros projetos de nação, nas questões e temas globais, cujos projetos impactarão na vida cotidiana de populações na África, Diáspora, Índia e outros que ainda sofrem com todas as consequências e os horrores da pobreza e da miséria.

A Coordenação Nacional de Entidades Negras, CONEN, junto com o, recém-criado, Instituto Nacional Hamilton Cardoso, avaliam que a Rio+20 será um importante marco na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental. Assim a CONEN realizará atividades no Kilombo Brasil, África e Diáspora, durante a Cúpula dos Povos. Entendendo que o agravamento das questões ambientais tem atingido significativamente as comunidades negras, submetendo-as a um quadro de injustiça ambiental alarmante, a coordenação busca ampliar o debate e a reflexão no campo da ecologia política e dos direitos étnicos raciais. No centro destas reflexões impõe-se a crítica a denominada “economia verde”, cujo eixo tem sido a mercantilização da natureza por parte do capital. Intensificando o diálogo com o conjunto das organizações e redes do movimento social nacional e internacional, a CONEN terá, como ponto de partida, a cosmovisão de mundo negro-africano, que tem como legado a ancestralidade e espiritualidade africano. Esse legado é libertário, ecológico e sagrado.

A CONEN integra o Grupo de Articulação (GA) na coordenação e organização da Cúpula dos Povos. ASÉ!!!!

Por Doné Kika de Gbessen, Membro da Executiva Nacional/ CONEN

A economia verde e os mercados da água

No Rascunho Zero da ONU, para a Rio+20, de janeiro, comemoramos o parágrafo 67, pelos que defendem e trabalham para o reconhecimento do direito universal à água potável. Sabíamos que seria revisto pelos Estados-membros, mas as organizações sociais mobilizadas no tema não imaginavam que governos liberais e mercadores da água preparavam tal ofensiva para deletar e limitar toda menção ao direito à água no texto base para a declaração da Rio+20.

Os argumentos dos que se opõe ao direito à água – União Européia, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Israel e Nova Zelândia, e de empresariais presentes nos *Major Groups*, é que a Rio+20 é uma oportunidade de avançar na ‘economia verde’ e, assim, não é lugar para falar sobre direitos e proteção do meio ambiente, mas sobre financiamento e investimentos, pela valorização do ‘capital natural’ e da criação de novas oportunidades para mercado e é curioso ver Estados se lançarem com apetite sobre as soluções para o acesso à água com base em mecanismos de mercado.

A comunidade mobilizada para a Cúpula dos Povos condena esse ataque frontal contra o direito à água! Princípio legal aprovado em jul/ 2010 na ONU. Denunciamos também o ataque sistemático contra os direitos humanos e sociais testemunhado nas negociações da ONU em março, no argumento de precisar avançar “concretamente” e que para isso deve-se remover barreiras e regulações que impedem o avanço do livre comércio e do mercado ‘verde’.

Para entender melhor o que se esconde por trás desta obscura e polêmica “economia verde”, transcrevo trechos do Financial Times, de recente discurso de Willem Buiters, diretor do setor financeiro Citigroup: “Espero ver um mercado mundial integrado de água potável nos próximos 25 a 30 anos.(...) Pois uma vez que os mercados de água serão integrados, produtos financeiros e outros derivativos indexados sobre a água vão seguir – *swaps*, derivativos, fundos de ações – tanto negociados na bolsa tradicional como em mercados futuros. Haverá diferentes qualidades e tipos de água doce, exatamente como temos petróleo “*light sweet crude*” e “*heavy*”. A água como “*asset*” de ativos financeiros será, na minha opinião, base para os produtos financeiros mais importantes, superando o petróleo, o cobre, as *commodities* agrícolas e os metais preciosos.”

A história do financista seria anedótica se fosse isolada, mas o triste é ver grandes bancos e corporações se lançando seriamente nesta empreitada. No último Fórum Mundial da Água em Marselha, foi também radical o discurso do Presidente da Nestlé, Peter Brabeck ao afirmar que “somente as grandes corporações podem garantir o financiamento para o acesso à água, e por isso devem ter total liberdade e apoio dos estados e da ONU para decidir como fazê-lo”. Mesmo se aprovamos a transição ecológica em direção a uma economia de baixo carbono e ambientalmente menos agressiva, e contando com a responsabilidade e participação do setor privado, não se pode aceitar que a Rio+20 entre na história como a consagração do domínio dos mercados financeiros e do setor privado sobre os bens comuns essenciais à vida.

Ante a visão fatalista de mercados financeiros, tem-se que agir com urgência para construir um espaço político/ social com outra visão do elemento vital: a água como princípio da vida, como bem comum da humanidade que deve permanecer livre de interesses privados e gerenciado para o bem geral. Que o tempo não seja curto para a sociedade e os líderes compreenderem que interesses financeiros poderosos se escondem atrás do conceito de “economia verde”.

Por André Abreu, da fundação France Libertés

O ocaso da CPDS e o dilema faustiano do Governo Federal

A CPDS (Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira) foi criada em 1997 pelo presidente da República com a finalidade de coordenar a elaboração, a implementação e revisões da Agenda 21 Brasileira. No início do governo Lula, em 2004, a Comissão teve sua composição ampliada de 10 para 34 membros, com representação paritária entre órgãos da administração pública federal e setores da sociedade (trabalhadores, empresários, organizações não governamentais e populações tradicionais, entre outros). O mesmo decreto que ampliou a composição, também ampliou o escopo de suas atribuições, passando então a ter como foco propor estratégias de desenvolvimento sustentável para o país, colaborar na formulação do PPA – Plano Plurianual e em processos internacionais tendo a Agenda 21 Brasileira como referência e criar instrumentos para promover e avaliar as Agendas 21 Locais.

A comissão buscou para si atribuições focadas na internalização da sustentabilidade socioambiental, cultural, econômica de forma transversal, nas políticas públicas federais, iniciando um diálogo com o Ministério do Planejamento para discussão do Plano Plurianual, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conseguindo incluir no PPA 2004-2007 a implementação da Agenda 21 Brasileira como um programa de governo, com a previsão orçamentária inicial de R\$ 16,38 milhões.

O impulso a processos participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável redundou em centenas de Agendas 21 locais, apoiadas pelo MMA. Disso resultou a criação da REBAL (Rede Brasileira de Agendas 21 Locais) em 2006, um marco para os processos de Agendas 21 locais, pois a rede foi resultado da força política e da ampla mobilização que as comunidades apresentavam, demandando canais de articulação e organização entre si e de interlocução com outros atores sociais, fruto também de iniciativa do FBOMS. A CPDS participou ativamente desse momento, dando o suporte político e institucional necessários, junto com o Ministério do Meio Ambiente.

Enfim, a CPDS construiu uma trajetória crescente de ações proativas e propositivas visando cumprir suas finalidades e fortalecer a Agenda 21 Brasileira e processos regionais e locais de Agendas 21. Contudo, muitas ainda eram as demandas a serem respondidas pela Comissão, especialmente por um papel mais significativo na inserção da variável “sustentabilidade ambiental” no macroplanejamento das políticas públicas brasileiras, com metas determinadas e mecanismos de averiguação de resultados, como forma de promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O FBOMS em diversos momentos discutiu o papel da CPDS e apresentou propostas ao Governo sobre a necessidade de fortalecer o papel da Comissão, inclusive vinculando-a diretamente ao Ministério do Planejamento em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente.

Contudo, o esvaziamento da CPDS se tornou patente e notório a partir do momento em que Carlos Minc assumiu a condução do Ministério do Meio Ambiente e seu desmonte prosseguiu sob condução da ministra Isabella Teixeira. Ouve-se a avaliação, em corredores, de que a CPDS não tem foco nem força política para cumprir com a missão proposta. Pela primeira vez desde sua criação, o comando do Ministério do Meio Ambiente passa a produzir um discurso de esvaziamento das funções e atribuições “muito genéricas” do Ministério, para cumprir uma pauta mais “específica”, ou seja, ao invés de fortalecer o papel do MMA na estrutura de governo para inserir a variável da sustentabilidade ambiental nas políticas públicas, o comando do MMA prefere um esvaziamento para cumprir um papel mais restrito na condução de licenciamentos e fiscalização ambiental.

Contraditoriamente, apresentam a necessidade e o compromisso de elaborar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas como estratégico para inserção nas políticas públicas dos entes federativos. Na verdade, o que há é uma mudança na pauta de interesses, deixando para trás as questões macro do desenvolvimento sustentável para se deter nas questões mais “ambientais”, como se fosse possível enfrentar os dilemas e desafios da crise ambiental sem intervir na sua causa que é exatamente o modelo econômico de produção e consumo que vivemos na sociedade moderna.

Parece que o Governo abriu mão da compreensão dos limites na utilização dos recursos naturais e caiu na armadilha dos padrões desenvolvimentistas das décadas de sessenta e setenta quando a noção de progresso era identificada com crescimento econômico a qualquer custo, gerando as externalidades e os conflitos socioambientais que conhecemos sobejamente a que foram submetidos o povo brasileiro.

É hora do campo socioambiental da sociedade civil brasileira se fortalecerem na mobilização e na definição de uma agenda unificada de lutas por um mundo que queremos, não aceitando o avanço dessas concepções ultrapassadas que teimam em retornar, como espectros do passado que assombram o futuro.

Por Fidelis Paixão, advogado, consultor em Gestão Ambiental e conselheiro da CPDS onde representa o FBOMS. Membro da coordenação nacional do FBOMS, do colegiado da REBAL e facilitador da REBEA e da Rede Carajás de Educadores Ambientais e Comunidades Sustentáveis. E-mail: fidelispaixao@gmail.com

Consumo Sustentável e a Rio+20

É consenso que as mudanças nos padrões de produção e consumo são urgentemente necessárias. Alcançar o desenvolvimento sustentável vai exigir mudanças significativas nos modelos de desenvolvimento de nossas economias e sociedades e uma profunda transformação da nossa vida atual. Juntamente com o governo e as empresas, os consumidores são uma força fundamental nessa mudança.

Já existem diversas iniciativas de mobilização dos consumidores para o consumo sustentável. Aumenta também a compreensão do consumidor em relação ao impacto socioambiental das diferentes escolhas de consumo. No entanto, os esforços individuais não são suficientes para gerar as mudanças necessárias.

Passados 20 anos da Rio-92, iniciativas voluntárias já demonstraram que não são suficientes para promover a verdadeira revolução nos padrões de produção e consumo que necessitamos. É preciso que os governos se comprometam a implementar aquilo que já acordaram no passado, incluindo a plena implementação do Seção G das Diretrizes das Nações Unidas para a Proteção dos Consumidores e os programas (10YFP) sobre o Produção e Consumo Sustentáveis (SCP).

A Rio+20 oferece uma nova oportunidade para gerar a mudança que todos nós estamos esperando. Para além do que já foi acordado, faltam políticas públicas integradas, inclusive regulação eficaz e clara, que obrigue as empresas a fornecerem a informação clara e adequada ao consumidor sobre os impactos socioambientais dos produtos e serviços e incentive o setor produtivo a mudar seus modelos de negócio e a ofertar produtos e serviços mais “sustentáveis” para todos, sem discriminação.

A questão crítica é saber se na Rio+20 os governos presentes terão dignidade de cumprir com suas promessas de 20 anos e ir além.

Por Lisa Gunn e Adriana Charoux - Idec



A ausência de uma nova narrativa na Rio+20

O vazio básico do documento da ONU para a Rio+20 reside numa completa ausência de uma nova narrativa ou de uma nova cosmologia que poderia garantir a esperança de um “futuro que queremos” lema do grande encontro. Assim como está, nega qualquer futuro promissor.

Para seus formuladores, o futuro depende da economia, pouco importa o adjetivo que se lhe agregue: sustentável ou verde. Especialmente a economia verde opera o grande assalto ao último reduto da natureza: transformar em mercadoria e colocar preço àquilo que é comum, natural, vital e insubstituível para a vida como a água, solos, fertilidade, florestas, genes etc. O que pertence à vida é sagrado e não pode ir para o mercado dos negócios. Mas está indo, sob o imperativo categórico: *apropria-te de tudo, faça comércio com tudo, especialmente com a natureza e com seus bens e serviços.*

Eis aqui o supremo egocentrismo e a arrogância dos seres humanos, chamado também de antropocentrismo. Estes veem a Terra como um armazém de recursos só para eles, sem se dar conta de que não somos os únicos a habitar a Terra nem somos seus proprietários; não nos sentimos parte da natureza, mas fora e acima dela como seus “mestres e donos”. Esquecemos, entretanto, que existe toda a comunidade de vida visível (5% da biosfera) e os quintilhões de microrganismos invisíveis (95%) que garantem a vitalidade e fecundidade da Terra. Todos estes pertencem ao condomínio Terra e têm direito de viver e conviver conosco. Sem as relações de interdependência com eles, sequer poderíamos existir. O documento desconsidera tudo isso. Podemos então dizer: Com ele não há salvação. Ele abre o caminho para o abismo. Enquanto tivermos tempo, urge evitá-lo.

Tal vazio se deriva da velha narrativa ou cosmologia. Por narrativa ou cosmologia entendemos a visão do mundo que subjaz às ideias, às práticas, aos hábitos e aos sonhos de uma sociedade. Por ela se procura explicar a origem, a evolução e o propósito do universo, da história e o lugar do ser humano.

A nossa atual é a narrativa ou a cosmologia da *conquista* do mundo em vista do progresso e do crescimento ilimitado. Caracteriza-se por ser mecanicista, determinística, atomística e reducionista. Por força desta narrativa 20% da população mundial controla e consome 80% de todos os recursos naturais; metade das grandes florestas foram destruídas, 65% das terras agricultáveis, perdidas, cerca de 27 a cem mil espécies de seres vivos desaparecem por ano (Wilson) e mais de mil agentes químicos sintéticos, a maioria tóxicos, são lançados na natureza. Construímos armas de destruição em massa, capazes de eliminar toda vida humana. O efeito final é o desequilíbrio do sistema-Terra que se expressa pelo aquecimento global. Com os gases já acumulados, até 2035 fatalmente se chegará a 3-4 graus Celsius, o que tornará a vida, assim como a conhecemos praticamente impossível.

A atual crise econômico-financeira que mergulha nações inteiras na miséria nos faz perder a percepção do risco e conspiram contra qualquer mudança necessária de rumo.

Em contraposição, surge a narrativa ou a cosmologia do *cuidado* e da *responsabilidade* universal, potencialmente salvadora. Ela ganhou sua melhor expressão na *Carta da Terra*. Situa nossa realidade dentro da cosmogênese, aquele imenso processo de evolução que se iniciou há 13,7 bilhões de anos. O universo está continuamente se expandindo, se auto-organizando e se autocriando. Nele tudo é relação em redes e nada existe fora desta relação. Por isso todos os seres são interdependentes e colaboram entre si para garantirem o equilíbrio de todos os fatores. Missão humana reside em cuidar e manter essa harmonia sinfônica. Precisamos produzir, não para a acumulação e enriquecimento privado, mas para o suficiente e decente para todos, respeitando os limites e ciclos da natureza.

Por detrás de todos os seres atua a Energia de fundo que deu origem e sustenta o universo permitindo emergências novas. A mais espetacular delas é a Terra viva e os humanos como a porção consciente dela, com a missão de cuidá-la e de responsabilizar-se por ela.

Esta nova narrativa garante “o futuro que queremos”. Do contrário seremos empurrados fatalmente ao caos coletivo com consequências funestas. Ela se revela inspiradora. Ao invés de fazer negócios com a natureza, nos colocamos no seio dela em profunda sintonia e sinergia, respeitando seus limites e buscando o “bem viver” que é a harmonia entre todos e com a mãe Terra. Característica desta nova cosmologia é o cuidado no lugar da dominação, o reconhecimento do valor intrínseco de cada ser e não sua mera utilização humana, o respeito por toda a vida e dos direitos da natureza e não sua exploração e a articulação da justiça ecológica com a social.

Esta narrativa está mais de acordo com as reais necessidades humanas e com a lógica do próprio universo. Se o documento Rio+20 a adotasse, como pano de fundo, criar-se-ia a oportunidade de uma civilização planetária na qual o cuidado, a cooperação, o amor, o respeito, a alegria e espiritualidade ganhariam centralidade. Tal opção apontaria, não para o abismo, mas para o “o futuro que queremos”: uma biocivilização da boa esperança.

Por Leonardo Boff, autor com Mark Hathaway de *O Tao da Libertação: a ecologia da transformação*, Vozes 2012.

RIO+20 é um novo debate antigo: desenvolvimento, com quem e para quem?

Tenho muitas inquietações, depois de mais de dois anos de participação nos preparativos da Rio+20 – a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em 2012- se seu propósito será atingido: renovar compromissos políticos e fomentar arranjos institucionais globais adequados para a transformação da economia com vistas à superação da pobreza, levando-se em conta os princípios e perspectivas da sustentabilidade ambiental, social, cultural, entre outras. Mas certamente ela já serviu para retomar debates sobre a sustentabilidade no planeta.

Seus dois temas principais, economia “verde” no contexto da erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável e arranjos institucionais globais para esse desenvolvimento, trazem novos elementos para um debate já antigo. De fato, o debate sobre objetivos, modelos e formas do desenvolvimento não é novo. Por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), adotada por mera resolução da Assembleia Geral da ONU, apontava os direitos à informação (art 19), a vida digna – habitação, saúde, educação, previdência social (art 25) e o direito a uma ordem internacional que tornasse efetivo o que então se declarava.

Enfim, a Rio+20 traz novas conotações, inquietações e desafios para duas questões e tensões antigas em nossas sociedades: primeiro, o debate sobre características do desenvolvimento, para que fim e a quem ele deve servir, ou seja como os seres humanos buscam garantir as condições determinantes de sua sobrevivência e convivência digna em diferentes territórios, por um lado; segundo, como se organizam os critérios, instituições e sistemas que definem normas ou definem quem terá o acesso, em que forma e a que tempo a tais condições, por outro lado, ou seja que arranjos políticos e institucionais governam o rumo da civilização humana.

A Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, serviu para disseminar conceituações sobre desenvolvimento sustentável e estabelecer princípios - como o da precaução; da equidade; da cooperação; da responsabilidade dos Estados, das corporações e das pessoas; da participação e do acesso à informação, bem como estabeleceu acordos, instrumentos e processos – como o de planejamento e gestão participativos, por meio da Agenda 21, de programas e ações que permitissem a humanidade iniciar efetivamente a alteração do padrão de desenvolvimento ainda antes do início do século XXI. As convenções sobre mudanças de clima e biodiversidade, bem como acordos de outras conferências da ONU que, depois da Rio-92, abordaram outras perspectivas inerentes ao desenvolvimento humano (direitos humanos, demografia, questões sociais, habitação, segurança alimentar) também foram pactuados no sentido de promover uma transição civilizatória para respeitar os limites ambientais do planeta e atender a plataforma de direitos sociais. Como razão motivadora, a clareza, já no início dos anos 1990, de que a superação da crise ambiental planetária e de outras crises (econômica, social, políticas) dependeria de outras formas de convivência de pessoas e nações, ou seja, de profunda alteração qualitativa do “desenvolvimento”.

A Rio+20 é um momento de visibilidade de conflitos e de oportunidades de convergências. Governos e empresas devem ser pressionados pela sociedade, que enfim deve ter a capacidade de, por meio da democracia, controlar o rumo e a qualidade do desenvolvimento humano. As inquietações sobre resultados da Conferência da ONU são legítimas e indicadoras da inércia dos atuais sistemas político e econômico. Queremos mais que debates; queremos políticas e ações transformadoras e eficazes.

Os 6 “R” - A estratégia de transformação do modelo de desenvolvimento requer combinar medidas e ações de reparação (de injustiça e degradação), bem como reordenação, ruptura e reconstrução de meios, tecnologias, critérios decisórios e arranjos institucionais, fazendo-se também a devida requalificação (educação para a cultura da sustentabilidade) das instituições e das pessoas, além da resistência às tentativas de perpetuação de um modelo degradante.

Por isso é importante haver conscientização e mobilização social. Assim, são muito importantes os eventos autônomos e desvinculados da Conferência da ONU, entre os quais a Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, para poder, além de disseminar idéias, articular esforços e experiências que brotam de diferentes segmentos da sociedade. Precisamos de ampla concertação social, de irmos além de nossa diversidade e conjugar visões e narrativas de cuidado mútuo e respeitoso, criar os mecanismos de governança e convivência digna. Promover a justiça entre os seres humanos e fazer a paz com o planeta.

Por Rubens Harry Born, integrante do *Vitae Civilis*. Participou da Rio-92 e é da coordenação do FBOMS.

A esperança está na Cúpula dos Povos

É inescapável o pessimismo quanto a resultados efetivos provenientes da Rio+20. E isso acontece não apenas porque a crise econômica arrebatou o interesse mundial. De fato, a conjuntura internacional diminuiu a atenção dispensada à elaboração de qualquer crítica ao modo de acumulação predominante no mundo. Mas, o que antecipa o fracasso iminente de mais uma conferência da ONU é a adesão do Brasil, país sede e sempre um protagonista em potencial do debate ambiental global, a um modelo de crescimento contínuo, baseado na exportação de natureza e no desrespeito do estado democrático de direito, em contramão de qualquer alternativa minimamente justa e sustentável.

Isso se reflete no vazio das propostas debatidas no âmbito dos preparativos da conferência. Evidencia-se na preferência do governo brasileiro a se aliar a grandes corporações – antes, durante e depois da Conferência - perpetradoras das violações. Mostra-se, dramaticamente, na militarização do espaço urbano carioca durante o

evento. E fica bem claro do aproveitamento dos festejos do aniversário de 60 anos do BNDES (em 20 de junho) para qualificar o Banco como agente financeiro do capitalismo verde, do REDD, de pagamento por serviços ambientais e outros instrumentos que servem apenas de soluções para a crise do capital.

Se há esperança de produção de alternativas, ela se encontra naquela parcela das organizações da sociedade que lutam para que a Cúpula dos Povos não termine como outro espetáculo pirotécnico de propostas inconsequentes, mas que se firme como um processo de aliança duradoura com os impactados/as para, com eles e elas, procurar saídas.

Por Carlos Tautz - Jornalista, coordenador do Instituto mais Democracia - Transparência e Controle Cidadão sobre Governos e Empresas